



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, realizada no dia 14 de setembro de 2017.** \_\_\_\_\_

1

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, **sob a Presidência do Vereador Alexandre Bastos Rodrigues**, realizou-se a Segunda Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da Oitava Legislatura, com início às quatorze horas e dez minutos, ocasião em que foram constatadas as ausências dos Edis Brás Zagotto, Delandí Pereira Macedo e Sílvio Coelho Neto. / Na abertura dos trabalhos, o Vereadora Renata Sabra Baião Fiório Nascimento fez a leitura da passagem bíblica. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Convida a ocupar a tribuna o Sr. Vilson Carlos Gomes Coelho, Diretor-Presidente da AGERSA, que, atendendo a convite da Vereadora Renata Sabra Baião Fiório Nascimento, prestará esclarecimentos sobre os efeitos da reorganização societária dos serviços prestados pela BRK. Segue convidando os membros da equipe da AGERSA a tomarem assento nas cadeiras ao lado da tribuna. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Inicia agradecendo à Vereadora Renata pela oportunidade de vir aqui prestar alguns esclarecimentos relacionados a esse tema tão em pauta no momento. Adianta que algumas providências foram iniciadas por parte da AGERSA e da prefeitura e já se coloca à disposição para responder as dúvidas dos vereadores de maneira a que sua participação seja mais produtiva. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Franqueia a palavra à Vereadora Renata, autora da convocação. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Após saudar o diretor e a equipe da AGERSA, esclarece que, por não concordar com certas coisas, parte para mudar o que é possível, de acordo com princípio bíblico segundo o qual não devemos nos conformar com este século. Enfatiza que, acreditando nesse princípio e nas capacidades que enxerga na AGERSA e por não apreciar disse-que-disse, diante de um fato que chegou ao seu conhecimento, através do Sr. Francisco e também de uma carta do Bruno, emprestada a esta Casa, precisa saber realmente o que foi detectado por essa agência, se há ou não erro e, havendo, se o mesmo é sanável ou não. Indaga ainda o que se pode esperar dessa situação e se houve interrupção do serviço, até diante das especulações de que a AGERSA seja conivente e não esteja fazendo nada. Lembra também que, quando da vinda do Vilson a esta Casa, no início do ano, alertou-o de que a procuradoria da AGERSA, apesar de dispor de um brilhante profissional, não tinha capacidade postulatória e, quando fosse necessário ajuizar alguma ação, dependeria do Poder Executivo, o que não seria próprio de uma agência reguladora; dessa forma, para tomar conhecimento desse impacto, pergunta o que foi feito nesse sentido. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Começa enfatizando que haverá a necessidade de organizar algumas informações em duas linhas do tempo: 1 – referente aos eventos que ocorreram entre a concessionária e o poder concedente, e 2 – quanto ao período em que ele assumiu a AGERSA e passou a tomar conhecimento das coisas. Quanto à primeira linha do tempo, cita que a Odebrecht, precisamente em outubro/2016, encaminhou correspondência ao então prefeito, informando-o de sua intenção de passar o direto acionário para outro grupo econômico, a BRK. Conta que, três dias depois, o prefeito da época anuiu

***“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”***



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

com essa possibilidade de transferência, ou seja, autorizou o prosseguimento dessa intenção de migrar as ações da empresa. Esclarece que se trata de uma coisa natural e que não há nada impeditivo em relação a isso, tanto é que a empresa deu prosseguimento a essa migração, com as tratativas ocorrendo fora deste Município, já que a Odebrecht de Cachoeiro pertence a um grupo maior. Ressalta que, dessa forma, a BRK comprou todos os direitos da concessão nesse contexto de Cachoeiro. Destaca que quem avalia essa operação econômica é o CADE, que, ao que lhe parece, também esse órgão anuiu com tal operação. Diz que, atendidas essas exigências protocolares, a BRK tomou as iniciativas locais, não houve mudança do corpo técnico e fizeram toda a alteração na Junta Comercial, modificando o acionista e o nome fantasia, enquanto que o CNPJ, vinculado ao contrato, permanece desde o início como nas outras alterações. Segue confirmando que o corpo técnico é o mesmo, sem demissões ou mudança, só com uma nova roupagem. Comenta que na semana que vem o diretor da holding brasileira estará em Cachoeiro e marcará um encontro com o prefeito, tendo também solicitado a presença do diretor da AGERSA. Esclarece que o procedimento está normal, no que se refere a esta administração. No que tange à outra linha do tempo, que envolve a AGERSA, lembra que ele, Vilson, não participou da Comissão de Transição, inclusive, a princípio, por conta de outros projetos pessoais, não tinha a intenção de participar da administração, tendo aceitado esse cargo por muita insistência do prefeito e de seu irmão. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Indaga se houve Comissão de Transição, e relembra que, na época, ocorreu um problema tendo documentação da agência sido toda revirada. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que soube disso, mas que aconteceu antes, quando o titular da agência era o Fernando Moura. Explica que foi um arrombamento e que o Fernando fez um boletim de ocorrência. Registra que a Comissão de Transição fez levantamentos em todos os setores da prefeitura e também da AGERSA, mas nada lhe foi passado quando assumiu, em termos da troca da titularidade. Salienta que, ao assumir a AGERSA, buscou informações no SAC da própria Odebrecht, quanto à transação e começou a cobrar do Bruno uma posição sobre o que havia acontecido, até diante da necessidade de fazer um aditivo e mudar a titularidade. Frisa que a resposta do citado diretor da empresa foi que a coisa ainda não estava consolidada. Diz que, então, após consulta ao procurador da AGERSA, buscou saber qual procedimento adotar nesse tipo de modificação contratual, tendo sido redigido um parecer. Menciona que tal parecer foi encaminhado ao prefeito, visto que ele é o poder concedente do contrato e deveria dar uma orientação de prosseguimento. Frisa que, nesse meio tempo, o Bruno, diretor da empresa, formalizou a troca na Junta Comercial de Cachoeiro, documento esse que foi apensado ao que fora encaminhado ao prefeito, com vistas a apurar eventuais irregularidades nessa transação. Comenta que estão trabalhando em cima disso, preparando um histórico desde 1998, quando foi firmando o contrato, quanto às diversas alterações ocorridas ao longo dos anos e, especificamente, dessa última. Em sua avaliação, adianta que, a princípio, não houve nenhuma incorreção, porque o gestor da época anuiu com a operação, bastando agora dar prosseguimento e fazer um aditivo para atualizar o nome da concessionária. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Menciona que chegou aos seus ouvidos que, quando mudou da Foz do Brasil para a Odebrecht, houve uma prorrogação do contrato, sem passar por aprovação legislativa. Pergunta se chegaram a essa conclusão, se houve alguma interposição contra isso, se está tramitando algum recurso nesse sentido por parte de algum vereador, da própria Câmara, do Ministério Público, enfim, se alguém formalmente se opôs a essa situação. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que, em março deste ano, a Câmara solicitou algumas informações, e a AGERSA repassou as que tinha, havendo muito mais agora. Diz que

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3

não houve nenhuma outra indagação ou interposição, e que, recentemente, receberam um pedido de informação por parte do Ministério Público, sendo repassados como resposta o sequenciamento e a linha do tempo que acabou de relatar. Quanto a isso, diz que não aconteceu mais nenhum questionamento nem interposição, podendo as respostas dadas estarem em fase de análise por parte daquele órgão. Segue explicando que o contrato completa dezenove anos e que, na época, fora licitado por trinta anos, havendo no edital uma cláusula limitadora de cinquenta anos. Salaria, portanto, que o contrato pode sofrer limitação do prazo como mecanismo de equilíbrio econômico, mas no limite de cinquenta anos. Enfatiza que hoje já estão no limite e que o prazo da concessão terminará em 2048, sem possibilidade de sofrer mais prorrogação. Quanto ao mecanismo de alteração do prazo de vigência, esclarece que é utilizado como uma ferramenta de equilíbrio econômico-financeiro, visto que o contrato de operação do sistema prevê uma série de investimentos. Cita que a empresa toma empréstimos e, ao longo do tempo, recuperará esse investimento. Acrescenta que, quando fizeram o edital, fixaram a taxa de retorno do contrato. Assim, esclarece que, diante do investimento, do que se gasta e se arrecada, há como calcular o valor da tarifa para garantir o que foi fixado no edital como taxa de retorno. Conta que já ocorreram duas revisões da tarifa, e que a terceira já está sendo preparada. Aponta que há dois tipos de revisão: a reposição inflacionária e aquela onde se verifica o equilíbrio econômico do contrato. Frisa que, se a taxa de retorno está a baixo do que foi estabelecido no edital, é preciso aumentar a tarifa ou, então, estender o prazo para que, permanecendo com o contrato por mais tempo, a empresa consiga recursos de retorno. Cita que em duas oportunidades foram feitas as extensões do contrato, uma ocorreu na gestão de Valadão; outra, na de Casteglione, que é a mais recente e se pautou no PMAE, Plano Municipal de Água e Esgoto. Menciona que nesse plano foram verificadas várias necessidades de atendimento, como localidades sem água tratada, outras sem coleta de esgoto, além de loteamentos irregulares que a prefeitura resolveu atender com água e esgoto, o que demandou investimentos. Analisa que, ao calcularem a taxa de retorno, viram que seria necessário um grande aumento da tarifa; então, ampliaram para o limite de cinquenta anos e também fizeram a elevação tarifária. Ressalta que a tarifa foi aumentada por quatro anos seguidos, sendo 2,5%, 2,5%, 2,5% e 2,38%. Conclui que se foi acumulando, além da inflação, um adicional de 12,48%, para garantir a captação de investimentos previstos no PMAE, conforme o 9º termo aditivo. Registra que, futucando alguns arquivos, encontrou, quanto a esse 9º termo aditivo, um parecer da procuradoria municipal, favoravelmente no aspecto jurídico. Quanto ao cálculo dos valores necessários, diz que os pareceres ainda não foram encontrados nem mesmo o relatório de conclusão dessas obras. Pontua que há muitas informações, mas soltas, esparsas, sendo constituída uma comissão para produzir um relatório de fechamento desse 9º termo aditivo, trabalho esse que está em andamento e que, com a conclusão do mesmo, poderá dizer quais obras foram contempladas em 2011, o que foi executado e quanto custou, para, assim, comparar com o que foi concedido em termos de adicionais, levantando se foi suficiente para cobrir os investimentos. Destaca que, como a AGERSA não possui engenheiro de saneamento, toda obra é fiscalizada, medida e paga pela prefeitura, visto que isso cabe ao poder concedente. Acrescenta que, dessa forma, isso tem que ser buscado na prefeitura, mas não estão conseguindo achar. Repete que estão tentando recuperar essas informações com vistas a juntar elementos para uma tomada de decisão. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Indaga, se ao pedir informações à BRK, a agência tem notado alguma desídia em concedê-las, e se isso tem ocorrido na tomada de decisões e na prestação de atendimento. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que o atendimento da BRK é pronto, sem nenhuma postergação

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4

de informações, embora algumas delas não existam, ou não estejam disponíveis no momento, por conta dos prazos regulamentares previstos no contrato. Enfatiza que o corpo técnico da empresa é muito bom, as equipes de campo trabalham com segurança e o material utilizado é de boa qualidade. Conclui, dessa forma, que não há nenhuma restrição ao serviço prestado nem ao atendimento, mesmo nos eventos de rompimento de rede no final de semana. Segue discorrendo sobre competência do Procurador José Arildo, ao qual está submetendo, para validação jurídica, todos os encaminhamentos e questionamentos, sendo que o material produzido por ele é bem orientador, transmitindo-lhe segurança para suas tomadas de decisão. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Solicita que a secretária proceda a chamada dos demais vereadores para manifestação, caso queiram, no tempo de um minuto para a pergunta, cabendo ao convidado dois minutos para a resposta. Registra que, como já se sentiu contemplado com as perguntas da Vereadora Renata, quer apenas saudar a equipe da AGERSA. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Lembra que o diretor citou ter procurado dados de 2011, referentes a planilhas, que justificariam os investimentos, supostamente elaboradas por servidores da prefeitura, tendo em vista que a AGERSA não possuía corpo técnico, e que as mesmas não teriam sido encontradas. Informa ao diretor que há denúncia envolvendo Casteglione, um deputado e líder do partido do ex-prefeito que teria sido beneficiado com um valor da empresa Odebrecht. Pergunta, em relação às citadas planilhas, se poderia ter havido a conivência para que essa propina surgisse nesse período, conforme a aludida investigação. Indaga ainda se dentro da AGERSA poderia ter surgido essa propina para alimentar a campanha do ilustre deputado. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Esclarece que a AGERSA precisa se posicionar de forma a não se deixar capturar pelo ente político, pelo ente econômico, que opera o contrato, nem pela população, ou seja, não pode, enquanto diretor da agência, ser instrumento do prefeito, nem se deixar capturar pela propina, por essas facilidades, e muito menos ser paternalista, populista, querendo fazer por qualquer força o atendimento do povo. Lembra que a AGERSA precisa regular, sendo o seu papel lá verificar se a tarifa praticada está adequada, se o serviço é prestado dentro das características estabelecidas e se o contrato está sendo cumprido. Cita que, se hoje está em vias de implantar uma revisão tarifária, é preciso lançar nessa equação de equilíbrio esses investimentos realizados e também os aumentos tarifários ocorridos ao longo do período; assim, justifica estar em busca das informações com esse objetivo. Esclarece que não está preocupado nem quer entrar nessa área de investigação, pois o objetivo que levou a agência a fazer esses levantamentos é estritamente técnico, e não tem outra conotação. Reforça que não pode dizer que enveredará pela investigação citada pelo vereador, por se tratar de papel que compete a outra entidade. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Solicita ao diretor que, se por ventura não conseguir localizar o que precisa, comunique à Câmara, pois ele, Maitan, caso alcance o número mínimo de assinaturas dos vereadores, encaminhará a abertura de processo nesta Casa. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Relata que já está na fase de consulta junto à concessionária quanto à execução do valor, o que a mesma já dispõe de forma global, enquanto que a AGERSA quer saber obra por obra. Frisa que a concessionária, então, está tendo que fazer levantamentos na contabilidade para ver quais lançamentos foram realizados para dar condições de fazer a segmentação obra por obra. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Indaga como está o andamento da extensão de rede de água para a localidade de Retiro. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que identificou junto à concessionária a possibilidade de atendimento e que foi encontrada a viabilidade técnica, através de uma extensão da rede que atende à Tijuca. Adianta que foi feito um orçamento estimado, considerando os custos que a concessionária pratica, o

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*





## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

processo foi montado e encaminhado ao prefeito a quem compete executar. Comenta que pela última informação recebida, esse processo está em análise de captação de recursos para poder viabilizar o atendimento àquela comunidade, atualmente atendida por dois carros-pipa por semana e, segundo verificou o técnico enviado até lá, haverá necessidade de mais um, por conta de ter secado uma fonte que servia a um grupo de aproximadamente oito famílias. / **Alexon Soares Cipriano:** — Quanto aos marcos regulatórios estabelecidos quando da concessão desses serviços, pergunta se os mesmos estão sendo cumpridos pela empresa e se já foi constatada alguma deficiência nesse sentido. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Explica que, a princípio, o contrato delimitava apenas a área urbana da cidade, e, com o passar do tempo, foram feitos aditivos, criando a possibilidade de atendimento a outras regiões, sendo contemplados os distritos. Diz que, quanto ao aspecto de fornecimento de água potável, há apenas comunidades no âmbito do contrato, com alguma deficiência de atendimento, embora dentro do percentual tolerável. Entretanto, no que se refere ao tratamento de esgoto, frisa que foram encontrados diversos pontos não cumpridos ainda e que, agora, está sendo feito um levantamento de campo, para assim fazer a avaliação e ver se o esgoto coletado tem um caminho para a estação de tratamento. Menciona que já foi feito um levantamento em cinco sub-bacias hidrográficas, a começar pela dos Bairros São Geraldo, Amarelo e Paraíso, onde foi detectado que 15% do esgoto coletados não estão sendo devidamente direcionados para a estação de tratamento, havendo a necessidade de a concessionária acertar, fazendo pequenas complementações e interligações. Quanto à sub-bacia do Sumaré, aponta que 80% dos esgotos são direcionados para tratamento. Menciona que esses pontos de irregularidades que estão sendo encontrados surgem do compartilhamento que sempre aconteceu em Cachoeiro do uso da rede pluvial para coletar esgoto, e havendo necessidade de separar essas redes. Segue salientando que esses pequenos retoques são necessários fazer na rede. Diz que foi feita uma identificação no córrego do Basileia, detectando que 22% dos esgotos estão sendo jogados nesse córrego e, conseqüentemente, no Rio Itapemirim, e que essas indicações foram feitas à concessionária. Esclarece que estão sendo feitas intervenções na Avenida Beira Rio para tentar minimizar esses efeitos, de maneira a que 4% desses 22% deixem de ser lançados no rio. Conta que na Rua Moreira e região diversos esgotos compartilhados com a rede pluvial foram separados, inclusive já estão secos os pontos onde escorriam esgoto nas manilhas. Cita que, dessa forma, com a utilização dessa metodologia, será possível ter um plano de ação para eliminar o esgoto. Acrescenta que, já tendo feito esse levantamento em 51% da cidade, pode afirmar que 70% do esgoto coletado são tratados, enquanto que 30% necessitam de complementações, a exemplo do que acontece no Bairro Aeroporto por falta de um interceptor conectado. Dessa forma, aponta que lá o esgoto é coletado, vai para o córrego e acaba chegando ao rio. Quanto ao BNH de Cima e de Baixo, diz que há todo padrão, planejado com toda a rede separada da drenagem; porém, ao chegar na frente, acaba com o esgoto sendo jogado na rede pluvial, chega ao córrego e todos evidenciam isso com o mau cheiro. Registra que já pediu à concessionária para fazer esses pequenos trechos, obras essas que acabam gerando o desconforto de ter que abrir a via e interditar, conforme está acontecendo na Rua Pedro Dias. Adianta que esse tipo de trabalho levará tempo, tendo sido estabelecido um cronograma com a concessionária, para que nos próximos três anos seja possível zerar essas pendências. Destaca que não está sendo apenas focado na cidade, mas também o interior, onde onze distritos possuem estação de tratamento, a exemplo de Alto Moledo e Conduru, mas a rede coletora não está conectada a elas, e especificamente a situação desses dois lugares estão planilhadas para serem resolvidas no ano que vem. / **Alexon Soares Cipriano:** — Cita que,

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6

para determinadas ruas que já existiam bem antes do contrato, quando é solicitada uma rede, a empresa sempre manda a conta para o solicitante. Pede que lhe seja esclarecida tal situação para que possa explicar aos contribuintes, os quais estão até se assustando com o valor cobrado pela empresa, considerando que a obra depois vira patrimônio do Município. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Menciona que já fez esse questionamento ao procurador, o qual emitiu um parecer jurídico quanto à análise do contrato. Explica que há duas vertentes, uma é a que pertence ao âmbito do contrato, cabendo à concessionária o atendimento a custo zero; outra, a praticada por ela, que é a cobrança, de acordo com as demandas. Esclarece que, diante disso, está tentando resolver com a concessionária um raciocínio de equação de contrato, pois o investimento tem que nascer do Município, seja através de recursos próprios ou da tarifa arrecadada para cobrir as despesas operacionais, a rentabilidade da empresa, para sobrar ou não. Diz que a sobra é direcionada para os investimentos, mas que hoje não dispõe dessas informações. Frisa que está fazendo esse levantamento para ver o que existe de sobra para ser direcionada a esses investimentos, embora, no momento, esteja na fase de disputa jurídica, de queda de braço com a concessionária para eliminar esse conflito. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Indaga qual é o exato percentual de esgoto recolhido em Cachoeiro e quanto vai direto para os córrego e rio sem ser tratado. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que também está em busca dessa informação precisa, pois o que sabe é que na área urbana do Município há cinco mil residências que não pagam a taxa de esgoto; conseqüentemente, não há coleta. Acrescenta que grande parte disso se dá porque a saída de esgoto é inferior ao nível da rede coletora e teria que ser feito um bombeamento, o que para o proprietário é caro, sendo dele essa obrigação. Estima que Cachoeiro tenha uma cobertura de 98% de conexões e desses, 70% estão sendo tratados. / **Dario Silveira Filho:** — Coloca-se à disposição do Vereador Maitan quanto a ligação de água citada. Segue se dizendo muito feliz com a notícia de mais um carro-pipa para a comunidade. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Explica que essa nem é uma atribuição da AGERSA, mas, para não deixar a comunidade desassistida, estão fazendo com autorização caso a caso, com o dinheiro sendo descontado da outorga da água, isso para o Km 9, Retiro e Timbó, sendo que cada carro sai a trezentos reais. / **Diogo Pereira Lube:** — Lembra que o Vereador Maitan citou essa situação de propina, envolvendo a Odebrecht com citação de políticos de Cachoeiro, tendo surgido na imprensa que a prefeitura estava interessada em abrir uma comissão para investigar e apurar essa transferência da concessão para a BRK. Indaga qual foi o objetivo específico de a prefeitura levantar esses questionamentos e se há alguma irregularidade nessa transmissão de contrato de uma empresa para outra. Quanto ao que foi dito sobre a pesquisa que a AGERSA vem fazendo, diz que a concessão se iniciou em 1998, na gestão de Theodorico de Assis Ferraço, com três grupos empresariais, entre os quais estava a Águia Branca com quem o filho do prefeito tinha laços de parentesco. Pergunta se isso traz algum vício de origem do contrato e se, considerando que o referido ano foi eleitoral e que o filho do então prefeito era candidato, há alguma relação que possa desvincular esse contrato, apontando que desde a origem há problema. Indaga ainda quais benefícios Cachoeiro ganhou com esse novo contrato com a BRK e se a mesma tem condições de fornecer um serviço de qualidade para população, inclusive dos distritos. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que o prefeito, a partir do momento em que a AGERSA fez a provocação, enviando-lhe o parecer do procurador sobre a transação, tomou a decisão de, através da Portaria 678, instaurar um procedimento administrativo com o escopo de abrir processo para apurar possíveis irregularidades na transferência dessa concessão. Acrescenta que, com base nessa portaria, a AGERSA emitiu outra, de número 077,

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7

constituindo uma comissão composta por quatro servidores para fazer uma avaliação dessa transação. Diz que hoje, dispondo de todas as informações da operação, será emitido um relatório, num prazo de 90 dias, o qual será enviado ao prefeito para decisão e, caso não seja detectada nenhuma irregularidade, há que se fazer um aditivo e regularizar a situação atual. Avalia que, caso haja alguma irregularidade, o prefeito deve submeter à PGM e tomar as providências que lhe cabem como poder concedente. Quanto à segunda pergunta, diz que cabe a mesma resposta dada ao Vereador Maitan, ou seja, que o objetivo da AGERSA é verificar desde a origem a questão técnica e operacional do contrato, o que o mesmo promoveu de benefício. Segue lembrando que, antes da concessão, Cachoeiro tinha apenas 5% de esgoto canalizado e zero tratado, porque não havia estação de tratamento, tendo apenas o famoso pinicão sem efetividade nenhuma. Diz que o esgoto era lançado no rio acima da captação de água. Fala sobre os investimentos vultosos feitos, e conclui que houve um aperfeiçoamento do saneamento do Município, restando algumas coisas para fazer, mas que Cachoeiro, no futuro, estará como referência, mesmo com as cidades acima não tratando o esgoto, pois as bactérias diluem a parte biológica e aqui chega sem contaminação. Quanto ao contrato ser bom, aponta que é algo que depende do gestor, e que ele tem procurado ser rigoroso na identificação das coisas e não aprecia trabalhar com nenhum achismo, preferindo ver tudo em campo. Destaca que tem consciência de que sua permanência na AGERSA é coisa temporária, fulgás, mas é seu desejo deixar uma metodologia para que o próximo diretor-presidente dê continuidade. /

**Diogo Pereira Lube:** — Pergunta se os investimentos previstos no início da concessão foram corrigidos e, em caso positivo, quais foram os índices econômicos mensurados para tais correções. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que essas informações vão surgir no estudo que será feito da tarifa, pois, na AGERSA, está sendo constituída outra comissão, formada de cinco profissionais para exatamente analisar essa questão, ver o que foi investido lá ao longo desses anos e se o que foi estabelecido como meta contratual foi ou não cumprido, para avaliar se a tarifa está adequada ou não com vistas ao que existe na frente para ser melhorado. Segue registrando que também o prazo para essa comissão apresentar os resultados é de noventa dias. Salienta que, como isso nunca foi feito, não têm expertise para tal trabalho, mas está buscando cooperação técnica de outra agência reguladora, através do estudo realizado na cidade de Juiz de Fora. / **Edison Valentim Fassarella:** — Cita que as suas dúvidas quanto à transferência da concessão para a BRK e o percentual de esgoto recolhido já foram muito bem respondidas, e que inclusive ficou satisfeito de saber que no Bairro Paraíso faltam 22% e no Baiminas 17%. Lembra que bastava observar na galeria, pois, acima de um ponto, a água era clara; abaixo dele, escura. Conta que havia a dificuldade de fazer a canalização, porque a rede passava por debaixo de um prédio construído indevidamente. Cita que a Odebrecht fez essa parte, sem contar o levantamento mencionado que realmente está solucionando os problemas em alguns pontos. Seguindo pergunta sobre a pequena hidrelétrica construída na Ilha da Luz, mencionando que há as mais diversas autorizações, embora entre elas, ele não tenha visto a da SEMMA. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Diz que a PCH foge do âmbito da regulação da AGERSA, o que fica sob a responsabilidade da ANEEL, a qual a aprovou, havendo os estudos técnicos da potencialidade do rio para a geração de energia, com autorização para o investimento. Segue dizendo que, na época, aquele seria um investimento particular, mas, como foi feito pela a empresa que operava o contrato, houve o entendimento do gestor de que esse empreendimento deveria ser revestido como patrimônio para o Município, o que poderá ser levantado no 9º aditivo, e a conta fechará ou não na próxima revisão. Lembra que o investimento foi feito pela concessionária e até ontem a PCH não

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8

estava funcionando, porque não há a quantidade de água suficiente para gerar energia, e que, por isso, talvez, não seja o momento adequado para inseri-la nesse levantamento. Afirma que essa PCH será um patrimônio do Município. / **Edison Valentim Fassarella:** — Conclui que, pela resposta do diretor, a obra da PCH foi totalmente normal. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que tecnicamente sim. / **Edison Valentim Fassarella:** — Registra que Ministério Público determinou que seja construído um parque na Ilha da Luz como punição referente a essa obra e que alguns vereadores questionaram, preferindo a revitalização. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Comenta que está sendo exigida essa compensação, mas que tecnicamente não há nada de anormal, embora não esteja por dentro dessa tratativa ambiental. Menciona que, se a ANEEL autorizou, fez todo aquele levantamento do impacto de vizinhança. Diz que, quando dessa autorização, a concessionária deixou de comprar energia da Escelsa, contando que a geraria, mas, como não conseguiu isso, o preço cobrado pela central elétrica é muito alto; então, a concessionária, segundo apurou, está comprando energia de um grupo de associados de PCH's, num valor menor, mas maior do que achavam que conseguiriam, sendo que o prazo para isso é até o próximo ano. Alerta que esse problema de energia da concessionária vai atingir o Município já que o custo da operação ficará mais cara e alguém terá que pagar essa conta na tarifa. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Discorre sobre a concessão, lembrando que se deu em 1998, na gestão do então prefeito Theodorico Ferraço, por um prazo de trinta anos, com possibilidade de renovação por mais vinte anos, o que já ocorreu. Diz que, independente das várias empresas que assumirem a concessão, não será possível fazer mais nenhuma prorrogação do contrato. Quanto à Cláusula 4ª, lembra que consta que a única forma de remuneração da empresa é através da tarifa, inclusive com redistribuição nos aditivos, e os usuários pagam pelos serviços de ampliação de rede. Menciona que, assim, se deduz que a empresa está cobrando duas vezes, já que a citada cláusula estabelece que ela é remunerada pela tarifa. Indaga por que isso acontece dessa forma, a seu ver irregular. Em relação aos índices, destaca que recentemente foi dito aos vereadores que 94% dos esgotos da cidade eram tratados, enquanto que, hoje, o diretor acabou de citar que são 70%; assim, questiona essa desigualdade dos percentuais citados pela agência reguladora e pela concessionária e também o fato de que os 30% de esgoto não tratados são coletados das residências dos cidadãos e, depois, jogados no rio, passando muitas vezes pela rede pluvial. Cita que, quando há problema nessas redes, a concessionária alega que não pode mexer, porque considera isso uma obrigação da prefeitura. Ressalta que, como no contrato, não viu que tal obrigação cabe ao poder concedente, e gostaria de um ouvir um esclarecimento sobre isso. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Repete que já tem um parecer jurídico do procurador contrário a essa cobrança e o posicionamento da empresa, entendendo que deve cobrar. Explica que, como está em busca de validar essas arrecadações, somará com as partes e verá se houve sobra, a qual não é lucro da concessionária, e, sendo positiva, é necessário que seja revertida em investimento no sistema. Conta que é preciso entrar em entendimento com a concessionária, para que ela faça esse trabalho e leve a débito nessas sobras. Adianta que está sendo desenvolvido com a concessionária um raciocínio de negócios: ela faz a obra e, se for superada a taxa de retorno, a mesma sairá de graça. Frisa que eles estão concordando, tentando associar isso à vigência do atual governo, mas ele, Vilson, está insistindo para que seja assim até o final do contrato, pois, dessa forma, as obras sairão de graça. Coloca os relatórios à disposição do vereador, lembrando que essas soluções estão sendo construídas. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Cita que, de forma legal, a concessionária não pode cobrar isso dos usuários. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que a empresa alega que a cidade teve

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*





## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9

uma ocupação desordenada, cita algumas cláusulas, dando conta de que só pode fazer os investimentos onde efetivamente houver a autorização municipal e que, sendo loteamento irregular, não teria obrigação de fazer o serviço. Aponta que, por isso, ficam numa queda de braço que não leva a nada, sendo melhor encontrar um mecanismo que justifique e mostre para a concessionária que ela não perderá, e a população será atendida. Quanto ao fato de dizerem que onde há rede mistas, a empresa não pode fazer a manutenção, esclarece que o esgoto é uma solução ácida, e que a manilha de cimento ou de cerâmica não resiste a essa agressão e se corrói com o passar do tempo, causando vazamento, acabando por resultar no problema levantado pelo vereador. Salienta que, para a concessionária, o que rompeu foi a drenagem, mas há o esgoto lá, restando lembrá-la de que está usando a rede sem pagar pedágio e que, portanto, precisa consertá-la. Diz que não fica satisfeito em resolver caso a caso, pois prefere trabalhar definitivamente uma solução para é retirar o esgoto da rede pluvial. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Enfatiza que há vários pontos conflitantes no contrato, cabendo ao poder público fazer a revisão. Indaga se, como há um prolongamento do contrato por mais vinte anos, não seria a hora de fazer essa revisão. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que a comissão, além da revisão tarifária, tentará encaminhar soluções jurídicas para diminuir esses conflitos, sendo que as questões levantadas serão discutidas e recomendadas ao poder concedente, a quem compete decidir, junto com a outra parte interessada, para ver qual resultado sairá disso. / **Ely Escarpini:** — Discorre sobre a situação de empresários da cidade que eram fornecedores da Odebrecht, fizeram investimentos, como compra de veículos, e, com a troca de empresa, houve uma mudança no sistema de compras, optando-se por adquirir tudo de fora. Diz que isso ocasionou até enfarte em empresário. Pergunta se a empresa está agindo certo ou não. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Informa que teve uma reunião com o diretor da BRK, quando essa denúncia foi feita na Câmara, ocasião em que tomou conhecimento que os funcionários são todos de Cachoeiro, os veículos continuam a ser abastecidos aqui, os tubos não são comprados aqui, porque não tem, sendo que a única coisa alterada foi a locação de viaturas, por conta de a holding, por questão de escala, ter disponibilizado um contrato muito mais vantajoso econômica/operacionalmente para eles. Diz que não vê problema nisso, até porque estão desenvolvendo uma atividade a um custo menor o que impacta menos na tarifa. Acrescenta que não existe nenhuma cláusula impeditiva quanto a isso e que, portanto, a concessionária não está fazendo nada de errado. / **Higner Mansur:** — Registra que está satisfeito com as perguntas e as respostas, inclusive comunica que vai precisar se retirar neste momento. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Diz que sua pergunta seria quanto à qualidade dos serviços prestados pela concessionária, o que já foi respondido, ou seja, Cachoeiro está bem servido. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Confirma que, tecnicamente, está sim, com uma empresa em condições de atender às necessidades. Quanto à qualidade da água, diz que está fazendo uma licitação para proceder a coleta de água nas casas, com vistas a proceder a análise química e física, dentro das recomendações da ANS, para verificar se as informações repassadas pela concessionária são verdadeiras. / **Rodrigo Sandi:** — Quanto à Lei 7.238/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade da concessionária disponibilizar em sua página na internet todos os documentos relacionados com a concessão dos serviços explorados, diz que acessou o link da BRK e viu que, na parte dos regulamentos para a concessão, os acessos não funcionam. Segue apontando que o descumprimento dessa obrigação sujeita ao infrator a uma multa de duzentas UFGI's, sem contar que essa fiscalização fica por conta da AGERSA. Indaga, nesse contexto, o que a AGERSA tem a dizer. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que recebeu essa denúncia do assessor do vereador e, verificando-a, constatou que

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10

as informações existem, mas é preciso fazer um labirinto para acessá-las na parte das documentações. Diz que o feedback foi dado ao assessor do vereador e que as informações citadas estão desatualizadas, porque, oficialmente, a BRK não está estabelecida no contrato, visto que estão aguardando o prefeito produzir o aditivo. Frisa que, para todos os efeitos, ainda é a Odebrecht. Segue destacando que a AGERSA não tem unidade de dívida ativa e, por isso, não pode multar, e se o fizer, não terá efetividade. Registra que foi feita a notificação para que providenciassem a atualização desses documentos e que os mesmos fossem disponibilizados de forma mais clara. / **Rodrigo Sandi:** — Comenta que possui um estabelecimento comercial, com um vaso e uma pia, e que paga uma taxa de 143 reais, enquanto que a moradia em cima, onde residem quatro pessoas, paga 50 reais de água. Diante disso, pergunta qual é o critério usado quanto à taxa comercial e o porquê de pagar todo esse valor sem praticamente gastar nada de água. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que esses percentuais são estabelecidos por lei, desde o edital da concessão, com classificações diversas em categoria por faixas de consumo, conforme ocorre com a taxa de iluminação pública. Diz que isso pode ser mudado, mas que haverá impacto, porque a arrecadação está pautada na classificação que existe. Relata que não pode dizer se é justo, mas não é arbitrariedade por parte da concessionária. / **Sebastião Gomes:** — Lembra que quando o diretor da AGERSA esteve nesta Casa da outra vez, falou sobre a possibilidade de enviar algumas correções jurídicas na lei da agência e indaga se existe previsão para tal envio. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Destaca que o projeto de lei já foi preparado pela AGERSA, estando na dependência de o prefeito encaminhar para a Câmara. Conta que foi feita uma lei em 2015 que anulou a existência da AGERSA, o que considerou muito grave, situação essa que precisa ser corrigida, além do fato de a agência não possuir dívida ativa e de sua procuradoria ainda não estar regulamentada. Segue discorrendo sobre a necessidade de regulamentar essas situações, citando o problema do concurso que criou cargos incompatíveis com as funções da agência, deixando-os em desvio de função. Frisa que a mudança do cargo para técnico de regulação possibilitará o encaixe em cima dos contratos que a AGERSA administra. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Pergunta se a AGERSA já tem resposta para o problema do Sr. Ivonei Moreira, de Soturno, que não deixa a rede passar no terreno dele, solicitando uma quantia de 120 mil reais. Cita que as pessoas continuam sofrendo com o mau cheiro do esgoto jogado nos córregos do distrito, causando danos ao meio ambiente. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Ressalta que o processo está ainda na PGM. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Indaga se está sem resposta. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Responde que sim, destacando que é preciso haver permissão de passagem, só que esse proprietário pediu muito alto. Menciona que a equipe que trabalhava lá foi mandada para o Liceu. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Alerta que está havendo muita demora no ajuizamento e pede que o diretor da AGERSA provoque novamente o Executivo para que haja efetividade na solução desse problema. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Cita que a procuradoria da AGERSA não tem autonomia para fazer isso, o que acontecerá só com a revisão da lei. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Diz que, então, isso será feito pela Câmara. Seguindo, pergunta, se o percentual de esgoto tratado citado pelo diretor é de agora ou do início do ano, e o que pode ser feito para que a população seja ressarcida, já que estão atendendo “y” e cobrando “x”. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Esclarece que percentual de tratamento é uma coisa; percentual de cobrança na conta, outra totalmente separada. Diz que o percentual de cobrança está estabelecido em lei e não tem relação com o tratamento, ou seja, chegaram a um percentual de cobrança do esgoto de 80% do consumo de água. Lembra que o que está sendo detectado é o compartilhamento da rede de

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11

esgoto com a pluvial, o que, com a chuva, vai tudo para o rio; então, em termos efetivos, a pior situação é no momento da chuva, razão pela qual não aceita a técnica usada pela empresa, chamada de tomada de tempo seco, o que terá de ser eliminado da cidade. Menciona que o córrego do Zumbi, por exemplo, possui cinco tomadas de tempo seco, e a população sofre com o mau cheiro e mosquitos. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Quanto aos canos verdes, aponta que os mesmos estão deteriorados e que o mau cheiro aparece, porque o esgoto está caindo na drenagem. Indaga se há possibilidade de a empresa fazer essa manutenção. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Destaca que o sistema de esgoto é subterrâneo e que só é possível saber que há vazamento quando o mesmo é visível. Frisa que, quando isso acontece, a concessionária, por sua própria iniciativa, corrige. Salienta que os interceptores nas margens do rio estão com algumas bases cedidas e precisam de manutenção, o que afirma já ter cobrado da concessionária e, que, segundo o diretor dela, estão sendo alocados recursos para no próximo ano fazerem a revisão em toda essa estrutura, para o que será necessária contratação de outra empresa. Esclarece que isso ocorrerá, porque a BRK não tem expertise para consertar a tubulação sem desmontá-la. Segue explicando que a tomada de tempo seco, em relação à qual é contra, ocasiona um volume de esgoto acumulado e empossado na cidade em diversas situações, sendo isso o que estão tentando corrigir, inclusive terá que parar a Rua Capitão Deslandes para fazer lá esse tipo de obra. Cita que o esgoto da Casa do Rei Roberto Carlos está sendo jogado no rio, e isso não pode acontecer. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Agradece a presença das equipes da AGERSA e diz que aquilo que gostaria de ouvir já foi dito no começo, que foi sobre o esgoto de Alto Moledo, cujo projeto já está pronto. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Solicita ao Vilson que encaminhe à Casa a linha do tempo quanto à concessão. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Diz que mandará as informações atualizadas. Logo após tece suas considerações finais, sugerindo aos vereadores para que constituam uma comissão com vistas a acompanhar o trabalho que a AGERSA está fazendo quanto à revisão tarifária e também sobre a transferência da Odebrecht para a BRK. Diz que pode ser incluído um representante da Câmara para acompanhar todo esse levantamento, engrandecer e dar mais seriedade ao trabalho que está sendo executado lá. Encerra alertando para que os vereadores anatem como prioritário o sério problema que é o transporte coletivo, cujo sistema está em risco de ruir, visto que, mês a mês, vem caindo o volume de passageiros, estando a empresa em sérias dificuldades financeiras, com o contrato no início já apresentando sinais de fragilidade. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Solicita o apontamento de uma visão global do que acontece dentro dessas concessões. / **Vilson Carlos Gomes Coelho:** — Coloca-se à disposição para atender o pedido. Cita o problema da rodoviária, frisando que a solução lógica que apresentou quanto aos ônibus distritais acabou precisando ser deixada de lado por conta do custo que representaria para a empresa. Finaliza ressaltando que o paredão da Linha Vermelha poderia ser uma solução, mas que, para isso, precisaria contar com a ajuda dos vereadores. / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente em Exercício):** — Dando continuidade aos trabalhos, franqueia a palavra ao Sr. Alexandre da Vitória, Secretário Municipal de Gestão de Transportes, e equipe que, atendendo à convocação do Vereador Rodrigo Sandi, prestará esclarecimento sobre a situação atual dos veículos da prefeitura. Segue franqueando ao autor da convocação o uso palavra por cinco minutos. / **Rodrigo Sandi:** — Após saudar a presença do secretário e justificar a convocação, faz as seguintes indagações: 1 – Quantos veículos da prefeitura estão em uso, em manutenção e parados? 2 – Haverá licitação para locação de veículos? Quantos são necessários para atender com normalidade a prefeitura? 3 – Qual o critério para o atendimento do ônibus da

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SEMTRA? 4 – Os ônibus escolares que atendem o interior não têm banheiro? 5 – Faltam veículos para atender os CRAS? / **Alexandro da Vitória:** — Agradece o convite e apresenta um resumo das atividades de sua pasta, a forma como a encontrou e em que pé está. Inicia, destacando que a frota da prefeitura se resume a duzentos e trinta e nove veículos, dos quais cinquenta não possuem recuperação, estando no nível em que os recuperar não é mais economicamente viável e, dessa forma, deverão ser encaminhados a leilão. Segue salientando que dos cento e oitenta e nove veículos restantes, setenta são equipamentos pesados, como máquinas e caminhões, os quais realizam o serviço operacional. Cita que, depois, há treze veículos para a Defesa Social, cinquenta e dois para a Saúde, quatorze para a Educação e dezoito para o Desenvolvimento Social. Conta que, nessa proporção, há veículos locados, como os treze da Defesa Social e cerca de mais trinta. Diz que esses veículos são locados e adquiridos com verba específica para esse fim, e, portanto, não podem ser destinados para os demais atendimentos da prefeitura. Menciona que, do montante de cento e oitenta e nove, sobram vinte e dois veículos para atender a toda a prefeitura, lembrando que são carros de fiscalização da Fazenda e outras da parte de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Obras. Aponta que esses vinte e dois veículos para atender toda a demanda administrativa da prefeitura está bem aquém do que é necessário para trabalhar. Prossegue fazendo a apresentação de um gráfico referente ao consumo de combustível/2016 e, mais à frente, vem o de 2017, concluindo com uma tabela comparativa desses dois anos, na qual se vê que o grande vilão desse consumo estava sendo o diesel S-500. Frisa que optou por fazer um controle muito forte no início desse exercício, o que contribuiu para uma redução considerável do consumo, com economia, no mesmo período, de 18%. Menciona que conseguiram recuperar diversos veículos antes inutilizados por falta de manutenção, o que, em tese, deveria ter provocado um aumento do consumo de combustível. Lembra que a SEMSUR trabalha praticamente vinte quatro horas por dia, com um consumo muito alto, mas, que, mesmo assim, foi possível diminuir isso, por mérito de sua equipe quanto ao controle racional, contando com a parceria dos demais secretários. Registra, transformando em cifras, que obteve uma economia de mais ou menos 140 mil reais, nos primeiros oito meses de mandato. Enfatiza que a idade média de toda a frota da prefeitura é de quatorze anos, enquanto que a vida útil de um veículo pesado operacional é de cerca de quinze anos; de um carro de frota leve, cinco anos. Explica que a frota leve, que já deveria estar em desuso, há pelo menos quatro anos, está rodando há nove anos, o que contribui para a quebra constante. Diz que, entre a frota pesada, há caminhões com trinta anos de uso e um que deve ter trinta e dois anos, com a vida útil dos mesmos tendo se exaurido há muito tempo. Aponta que, com isso, o custo de mantê-los na frota é extremamente alto. Informa que, em 28/04, foi assinado o contrato de manutenção, tendo a operacionalização do mesmo iniciado em 08/05, e, já em junho, foi possível apresentar cerca de oitenta veículos recuperados. Diz que, em maio, junho, julho e agosto, foram feitas um total de trezentas e vinte e cinco ordens de serviço, ou seja, manutenções. Destaca que os cento e vinte e oito veículos representam uma “bagatela” de cerca de 10 milhões de reais, sendo gastos um pouco mais de 10% a 15% com custo de manutenção, o que é relativamente alto devido à necessidade de comprar muito pneu, que é um bem caro. Prevê, como pneu se compra a cada dois anos, que para o próximo mês não haverá nem 100 mil reais de custo, sendo a média de 300 mil reais mensais. Prossequindo faz a apresentação de fotos, mostrando como estavam os veículos antes e depois da manutenção, entre os quais, em péssimas condições, se encontra um que pertencia ao Governo do Estado. Cita que dos oitenta veículos apresentados após manutenção, alguns sofreram acidentes, por excesso de carga, imperícia de utilização e outras

***“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”***





## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

13

coisas que fogem ao controle do dia a dia da SEMTRA. Repete que, como a idade da frota é avançada, o custo de manutenção é elevado, mas também não dá para o Município achar que dispõe de condições financeiras para substituí-la totalmente, pois, para isso, 30 milhões de reais seriam insuficientes, diante de tantos equipamentos acoplados que há nesses veículos. Segue discorrendo sobre a manutenção e a recuperação de uma moto niveladora que, antes, pensou-se em encaminhar para leilão. Respondendo ao Vereador Rodrigo, diz que são poucos os veículos e que todos os secretários estão engajados em trabalhar com a SEMTRA, cuidando da manutenção, evitando o excesso de peso, inclusive com previsão de capacitação para os condutores. Quanto à pergunta sobre aquisições e locações, explica que isso está sendo preparado, através de um estudo técnico que já chegou a um denominador de que, com o sistema de manutenção que a prefeitura possui agora, será muito mais barato manter os carros aqui. Segue exemplificando sua colocação com base no que ocorre com os veículos da Guarda Municipal que são locados a um valor bem mais baixo do que acontece em Municípios como Serra e Vitória. Aponta que, mesmo assim, se forem comprados os oito veículos, usá-los por quatro anos, vendê-los, comprar novos, dar a manutenção e seguro, serão economizados 300 mil reais. Conclui, dessa forma, que é mais vantajoso comprar, o que acontecerá com os veículos leves para a frota. Respondendo à pergunta sobre a falta de banheiro nos ônibus que fazem o transporte universitário, confirma que nenhum possui. Diz que, quando assumiu, viu que havia um contrato para esse serviço vencido, sem autorização para o Poder Executivo gastar dinheiro com isso, já que não seria objeto de sua responsabilidade. Recorda que foi pedido o envio de projeto de lei para a Câmara, o qual foi aprovado, em regime de urgência, sendo que, até aquele momento, somente os universitários utilizam o transporte, com uma rota privilegiando os Distritos de Soturno e Gironde que também já tinham o transporte público, o qual, conforme fala do presidente da AGERSA, está em declínio. Assim, diz que foi sugerido, via projeto, oferecer também o transporte para esses universitários, mas, infelizmente, não foi previsto o ônibus executivo, até porque o valor agregado é bastante alto, e a prefeitura não teria condições de bancá-lo. No que se refere à falta de veículo para os CRAS, diz que a Secretaria de Desenvolvimento Social é a que recebe a maior atenção possível na questão da frota leve, pois os veículos que eles tem não são suficientes para atender com excelência a todos os equipamentos. Acrescenta que na próxima compra de veículos estão previstos alguns para a Ação Social cobrir essas lacunas. / **Rodrigo Sandi:** — Pergunta qual o exato quantitativo de carros, caminhões e máquinas para atender à cidade. / **Alexandro da Vitória:** — Responde que são cento e oitenta e nove veículos, dos quais cerca de vinte e três estão passando por manutenção. / **Rodrigo Sandi:** — Indaga quantos mais serão locados para que a cidade possa ser atendida em 100%. / **Alexandro da Vitória:** — Diz que, pelo menos, serão necessários mais uns vinte veículos, estando em fase de providências para comprar e locar nesse montante. / **Rodrigo Sandi:** — Indaga se o transporte universitário continuará da forma como está sendo conduzida, ou se há o pensamento de colocar esse atendimento no nível que o usuário merece, com oferecimento do banheiro. / **Alexandro da Vitória:** — Menciona que há sim um planejamento para melhorar esse serviço e também tentar ampliá-lo, o que está em estudo financeiro/orçamentário. Frisa que, no momento, ainda não se vislumbra a oferta de ônibus executivo e com banheiro, pois a aquisição de um desses gira em torno de quase 1 milhão de reais. / **Rodrigo Sandi:** — Lembra que, segundo disse o secretário, ao assumir a pasta, esse contrato estaria vencido e pergunta se há possibilidade renovação para o retorno do atendimento anterior que era de boa qualidade. / **Alexandro da Vitória:** — Enfatiza que não consegue vislumbrar a possibilidade de renovação desse contrato, que foi feito em moldes bem

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

14

diferentes do atual, com uma alta diferença de cerca de 1 milhão de reais. / **Alexandre Bastos Rodrigues:** — Pede desculpas por não ter estado presente no início dos trabalhos devido a um velório e saúda o secretário e o Maycon. / **Alexon Soares Cipriano:** — Cita que, fora do atual mandato, recebeu informações de que o licenciamento e o emplacamento dos veículos do Município estavam em atraso e pergunta como está hoje essa situação. / **Alexandro da Vitória:** — Diz que a informação é verdadeira e que, quando assumiu a pasta, constatou a existência de veículos com até dois anos sem licenciamento e outros há quatro, cinco ou seis nessa situação, exceto os da Agricultura, que não chega a 8% da frota. Aponta que hoje todos os veículos estão licenciados. / **Alexon Soares Cipriano:** — Indaga se existe um controle fiel das peças que são colocadas no almoxarifado da secretaria. Esclarece que houve caso de alguém ter sido solicitado para assinar a autorização para a saída de sucata, de carcaça de pneu, e a pessoa, um gerente, se recusou, por saber que lá havia algum problema, enviou para o subsecretário, o qual também se negou a assinar e reencaminhou ao gerente. Acrescenta que o gerente, então, exigiu que todo o material fosse colocado no chão, tendo sido encontrado nesse determinado caminhão quatro ou cinco pneus zerados que estavam sendo desviados do almoxarifado da SEMTRA. Pergunta se hoje o controle é rigoroso e 100% confiável. / **Alexandro da Vitória:** — Responde que a primeira ação sua na SEMTRA foi conseguir um contrato mais transparente, com controle de cada peça, de cada mão de obra feita, além do controle eletrônico, inclusive com as garantias. Frisa que, com todo esse controle, conseguiram simplesmente acabar com o estoque, e não há mais almoxarifado, além do de ferramentas, e em relação às peças só há sucatas, porque a empresa é obrigada a entregar as velhas. Deixa claro que os pneus são substituídos gradativamente conforme a necessidade e não vão para almoxarifado. Diz que o mesmo acontece com as peças que vêm vinculadas com chassi, Renavan e o serviço prestado para o veículo específico. / **Alexon Soares Cipriano:** — Menciona que foi citado pelo secretário que há cinquenta veículos que vão a leilão e pergunta se há previsão para que aconteça uma limpeza naquela bagunça. / **Alexandro da Vitória:** — Responde que serão cerca de cinquenta veículos e que há previsão de concluir esse leilão ainda este ano. Informa que há uma comissão de leilão, envolvendo pessoas do almoxarifado, do patrimônio e também do setor de transportes fazendo o último levantamento que, o mais tardar amanhã, estará nas mãos da comissão com a relação dos veículos, com vistas a fazer a publicação. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Quanto ao transporte universitário, indaga se hoje esse serviço é subsidiado e qual é a diferença em termos de economia com essa nova forma de prestação do serviço. / **Alexandro da Vitória:** — Explica que, anteriormente, era feita uma licitação, tendo sido consagrada por diversas vezes uma empresa, cujo contrato girava em torno de 1 milhão e 600 reais, 1 milhão 450 mil reais, no último ano, sendo a dotação prevista de 1 milhão 650 mil reais para poder cumprir esse serviço. Esclarece que, com a nova legislação, como o transporte público não consegue custear essas linhas, já que é meia passagem, foi feito um contrato derivado, com a própria empresa, custeando o que ela não consegue manter, com uma diferença de cerca de 1 milhão de reais/ano. / **Edison Valentim Fassarella:** — Recorda o comparativo de custos feito pelo secretário em relação ao carro locado e o próprio, destacando que o próprio é mais econômico e viável. Segue indagando como fica no caso da área de Saúde, onde há problemas que precisam ser resolvidos no outro dia. Exemplifica citando o problema que enfrentou com o transporte sanitário que, em certa ocasião, teve o ônibus quebrado e, como havia inúmeros pacientes para serem levados a Vitória no outro dia, o serviço era locado e foi só ligar para a empresa. Solicita que lhe seja enviada uma planilha com esse comparativo, porque entende que, na

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15

Saúde, é preciso ter um ônibus comprado e outro de reserva, o que justificaria ter lá a maioria dos carros locados. / **Alexandro da Vitória:** — Frisa que acredita que sim, pois o estudo que citou se refere a veículos que não trazem risco de vida, se pararem. No caso do transporte sanitário, diz que há um questionamento feito pelo Ministério Público ao Município, tendo sido montada uma comissão para fazer esse estudo e demonstrar por A mais B se realmente vale à pena locar ou manter a frota própria. Relata que, sem a conclusão desse levantamento, ousa dizer que nesses casos sim, é melhor ter o quadro locado. Acrescenta que o ideal é uma frota mista em alguns locais, porque o poder público não consegue ser tão eficaz quando um veículo tem problema, visto que há critérios a obedecer, como orçamento e toda uma fase de trabalho. / **Edison Valentim Fassarella:** — Confirma ser inviável na Saúde ter carro próprio. / **Alexandro da Vitória:** — Concorde que para casos específicos dessa área é mais viável ter carro locado. / **Edison Valentim Fassarella:** — Registra um elogio ao Luiz Carlos, motorista do ônibus, que foi muito feliz no gerenciamento que fez quando do transporte referente ao velório do Paulinho, do Bairro Village, conseguindo fazer as duas viagens, transportando cento e vinte pessoas, porque tomou as providências para que o velório de Soturno passasse para as dezesseis horas e trinta. Finaliza registrando a agilidade do motorista citado, a paciência e a presteza com que realiza sua função. / **Alexandro da Vitória:** — Agradece os elogios, confirmando tratar-se de um excelente motorista, que dirige com cautela, e cuida muito bem dos veículos, assim como na secretária há outros servidores igualmente zelosos. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Faz menção ao ônibus que veio da Viação Itapemirim para a prefeitura, destacando que teve a oportunidade de vê-lo trabalhando ao levar os alunos para uma apresentação, quando do retorno da biblioteca municipal de Itaoca, destacando que, em nome do Vereador Higner, gostaria de obter informações sobre o mesmo, bem como sobre outro veículo que também atendia à Cultura, a famosa jardineira responsável pelo passeio turístico e que não foi mais vista. Indaga se esse veículo é recuperável ou não. / **Alexandro da Vitória:** — Responde que não possui dados estatístico quanto a esse veículo, mas que, pelo estado em que se encontra, talvez, não valha à pena recuperar. Quanto ao veículo que levou as crianças, explica que os ônibus, aos cuidados da SEMTRA, estão em parceria com as pastas de Esporte, Cultura e Educação. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Diz que, mesmo que a jardineira não seja recuperável, considera aquele serviço muito importante na área de Cultura para a municipalidade por dar conhecimento às crianças quanto aos pontos turísticos e da própria cidade. Sugere, assim que seja pensado em fazer algo semelhante para garantir às crianças esse conhecimento. / **Alexandro da Vitória:** — Destaca que a sugestão está anotada, será levada como dever de casa, pois considera isso muito importante, diante do potencial turístico que o Município tem. Finaliza garantindo que, em breve, dará um retorno quanto a isso. / **Ely Escarpini:** — Agradece o retorno das solicitações que faz para sua comunidade carente e elogia o trabalho realizado na recuperação dos veículos. Segue reforçando os elogios que já foram dirigidos ao motorista Luiz. Indaga se a câmera que filma a saída de veículos da secretaria está funcionando. / **Alexandro da Vitória:** — Explica que não sabe se a câmera citada está funcionando, porque a mesma pertence à gerência da Secretaria de Serviços Urbanos. Frisa que as localizadas no posto de combustíveis estão funcionando sim e vinculadas à DATACI. / **Ely Escarpini:** — Indaga qual a possibilidade de ser liberada aquela ambulância solicitada pelo ex-vereador Fabrício para o Bairro Zumbi. / **Alexandro da Vitória:** — Esclarece que a parte de logística do veículo fica a critério do secretário da pasta da Saúde. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Pergunta se a secretária tem promovido algum trabalho de formação para os motoristas, bem como atendimento psicológico, tendo em vista

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

os problemas de alguns que, no passado, foram pegos alcoolizados. / **Alexandro da Vitória:** — Responde que foi promovida uma palestra de boas práticas, ministrada por um servidor efetivo, pós-graduado em trânsito, que é o Paulo Bento, o qual, no final do ano contribuirá na montagem de um curso de direção defensiva, qualificação de trabalho e mecânica. Diz que, em parceria com outros secretários, foi montado um programa chamado VIDA, voltado à saúde física e mental do servidor, com vista a resgatar aqueles que estão no vício das drogas e prevenir problemas de saúde. Ressalta que da sua pasta dois servidores estão internados em clínicas em processo de recuperação, inclusive um deles agradeceu a chance recebida. Salienta que há muitos problemas com álcool na secretaria e que esse trabalho envolve até a família do servidor e vem dando certo. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Pergunta se o quantitativo de motoristas é compatível com a frota e se há uma capacitação dos mesmos, bem como oferecimento de equipamentos de segurança para os operadores de máquinas. Enfatiza que economia de carro também está no fato de o mesmo ser bem cuidado por um motorista qualificado e com expertise no que está fazendo. / **Alexandro da Vitória:** — Confirma que é preciso ter uma preocupação maior com o servidor, que é a prata da casa, a principal ferramenta para fazer a máquina funcionar. Ressalta que eram muitas as reclamações quanto às condições de trabalho, que envolve falta de equipamento, de ferramenta, ambiente não saudável, falta de EPI e de outras coisas simples. Aponta que muitas dessas coisas foram resolvidas, a exemplo da parceria com a SEMSUR para conseguir protetor solar para os frentistas. Quanto aos motoristas, lembra que já citou que haverá um ciclo de palestras, da mesma forma que já foi oferecida uma para explicar aos operadores como operar tecnicamente e cuidar de uma das máquinas novas. Em relação ao quantitativo de motoristas, responde que atualmente é adequado, mas, se for adiante o projeto de ampliar a frota, será necessária a contratação de outros profissionais. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Quanto à possibilidade de adquirir veículos/manutenção, analisa que é preciso pensar muito, já que o legado do Prefeito Victor é de vanguarda, e, portanto, precisa deixar o Município com uma mentalidade diferente do que é uma prefeitura, como tem feito a Câmara atual, mostrando-se proativa e eficiente. Adianta que a Câmara pretende ser implacável na fiscalização quanto à despesa pública. Segue perguntando se o controle de combustível é fiscalizado, e como esse produto está sendo adquirido e gerenciado. / **Alexandro da Vitória:** — Comenta que fica feliz em ver uma Câmara ativa e parceira, pois a fiscalização contribui para a melhoria do serviço. Quanto à aquisição de equipamentos, repete que é preciso avançar nos estudos para saber onde cabe os locados e os próprios. Frisa que, em alguns casos, o veículo comprado é vantajoso, desde que haja uma política de entrada, utilização e descarte desses bens ainda com valor de mercado agregado. Em relação aos combustíveis, lamenta que ainda não haja todo o controle informatizado, pois o ideal seria se esse processo de informatização começasse pela bomba, no tanque, de maneira a convalidar eletronicamente tudo o que, de fato, entra no veículo. Diz que o combustível é comprado diretamente da distribuidora, onde oferece o melhor custo, sendo feito todo o controle em meio eletrônico, ainda não 100%, mas da forma que é possível, usando planilha de controle de quilometragem para saber a economia de alguns veículos, fiscalizando a quantidade que cabe em cada um, mediante um pré-cadastro. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Discorre sobre as formas de controle de uso do combustível, destacando que é exatamente o que está sendo feito pela secretaria, ou seja, colocou quarenta litros, sendo a autonomia dez quilômetros/litro, o veículo deverá andar quatrocentos quilômetros. / **Edison Valentim Fassarella:** — Aponta que o servidor recebe novecentos e cinquenta reais/mês para pilotar um equipamento de 1 milhão de reais e que isso torna

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*





## CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

17

complicado dar manutenção em veículo próprio, pois não se pode saber com que carinho será operada essa máquina. / **Alexandro da Vitória:** — Concorde que o plano de cargos e carreira dos servidores do Município deveria ser melhor, inclusive está havendo um estudo quanto a isso. Pede desculpas por ser um pouco leigo para tratar desse assunto, que deve sim ser objeto de reflexão do governo. / **Sebastião Gomes:** — Pergunta o que a secretária pode fazer quanto a ajudar no transporte das crianças das escolinhas de futebol, como ocorre em outros Municípios. / **Alexandro da Vitória:** — Esclarece que sua secretaria é atividade meio; portanto, não tem como atender a essa solicitação. A seguir, sugere ao vereador que peça à Secretaria de Esporte para acionar a de Transportes, pois ela é fim, sabe como é a demanda. / **Sebastião Gomes:** — Adianta que tentará legalizar as escolinhas para que, documentadas, elas tenham acesso aos ônibus da prefeitura. / **Alexandro da Vitória:** — Coloca-se à disposição para ver como é possível atender essa demanda, junto à Secretária Lílian. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Esclarece que o Vereador Sebastião Gomes estava na verdade se referindo à liberação do ônibus para viagens intermunicipais ou interestaduais, que algumas vezes é negada, devido à necessidade de autorização do DER ou DNIT. Segue solicitando que, quando da compra de novos veículos, seja contemplada a Secretária Esporte, que possui uma demanda altíssima para traslado de professores ou de materiais até os distritos. Cita que os professores andam no próprio veículo para prestar serviço à prefeitura. Finaliza parabenizando o secretário pelo belo início de seus trabalhos. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Pede ao secretário que repita qual é o número de veículos inservíveis, e do que se trata os restantes cento e oitenta e nove. / **Alexandro da Vitória:** — Responde que entre os cinquenta e seis inservíveis há um veículo que está tentando resgatar, mas até então não está valendo à pena. Explica que, dos cento e oitenta e nove veículos, setenta são pesados, trinta e um são máquinas, vinte e três rodando, e o resto caminhões. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Dos cinquenta e dois veículos da área de Saúde, indaga quantos são ambulâncias. / **Alexandro da Vitória:** — Responde que são dez ambulâncias, sendo o restante caminhões, frota média, vans e caminhonete. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Menciona que fez essa pergunta, porque seu distrito foi contemplado com mais uma equipe de PSF, mas não há um veículo para visitar às famílias, sendo que muitas vezes disponibiliza até seu carro para esse fim, já que o de São Vicente, atende a doze comunidades. Cita que o próprio prefeito sugeriu que visse com o secretário a possibilidade de providenciar esse veículo, necessário para o atendimento dos doze mil habitantes do distrito. Segue discorrendo sobre a questão do carro-pipa, destacando que é imprescindível para o Distrito de Itaoca. Pede que, até o final do ano, o distrito seja atendido duas vezes por semana, como um paliativo, até que um desses veículos possa ser definitivamente locado para a comunidade. Segue solicitando ao secretário que indique em quais dias da semana pode atender o distrito. / **Alexandro da Vitória:** — Diz que tanto o carro-pipa quanto o veículo para o atendimento do PSF dependem das secretarias responsáveis pela logística de utilização. Prossegue comprometendo-se a procurar as secretarias responsáveis para montar um cronograma com elas, inclusive junto à pasta de Saúde, já que considera justo que um distrito tão grande seja contemplado com o veículo solicitado. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Lembra que, na gestão passada, o distrito estava incluído para receber uma ambulância, mas que o prefeito encaminhou a mesma para Pacotuba, prometendo que Itaoca receberia uma do tipo UTI Móvel. Cita que, conforme prometido, a ambulância foi entregue ao distrito, ficou lá por cerca de dois meses, porém, depois de um acidente, não mais retornou para a comunidade. Recorda que o PA foi fechado, mas há flexibilidade de uma enfermeira ser disponibilizada para lá, na parte da noite, com uma UTI

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*

